TEXTOS CLÁSSICOS BRASILEIROS

(Direito público e ciência política)

Apresentação

Por sua raridade — sequer figura nas antologias políticas — resolvemos editar nesta seção o discurso de Lopes Trovão na Assembléia Constituinte, na sessão de 17 de fevereiro de 1891.

José Lopes da Silva Trovão nasceu em Angra dos Reis a 23 de maio de 1848, doutorou-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, em 1875, e era filho do cônsul português José Maria dos Reis Trovão e D. Maria Jacinta Lopes Trovão.

Cedo declarou-se partidário das idéias republicanas, a cuja propaganda se filiou ardorosamente.

Viajou pela Europa e demorou seis anos na França; proclamada a República, foi eleito deputado à Constituinte, de onde passou ao Senado Federal em 20 de julho de 1895. Além de sua tese médica, escreveu artigos, folhetos e panfletos e colaborou na *Gazeta da Tarde* (1879-80) e no *Combate* (1880-81).

O livro *Apontamentos para a história dos E. U. do Brasil* (Rio de Janeiro, 1890) divide-se em três partes e versa episódios políticos interessantes para a época. Também escreveu um ensaio sobre o romancista José de Alencar, que evidenciou suas predileções literárias.

A extensão do discurso levou-nos a dividi-lo em duas partes. O documento reflete o clima intelectual da época, onde se agitavam os candentes problemas da secularização dos cemitérios, da separação entre a Igreja e o Estado, do casamento civil, que foram as grandes decisões inspiradas pelo positivismo na abertura dos grandes horizontes da República.

UM DISCURSO DE LOPES TROVÃO NO CONGRESSO NACIONAL CONSTITUINTE

PROJETO CONSTITUCIONAL

(Sessão de 17 de fevereiro de 1891)

O Sr. Lopes Trovão (movimento de atenção, todos os representantes rodeiam a tribuna): Agora que vamos descendo o Sinai, discutida e quase rematada a lei fundamental que o povo nos encarregou de formular, não é estranhável que aos mais humildes caiba também a palavra. Condenando-me a ser um dos últimos a romper o silêncio, segui rigorosamente o exemplo aberto pela quase

totalidade dos meus antigos companheiros de propaganda republicana, que muitos são e do melhor e mais valioso quilate entre os homens eminentes que ornamentam este Congresso.

Para explicar, porém, o meu mutismo minguem-me as razões justificativas que lhes sobejaram, muito embora consonemos todos no pensamento único de dar quanto antes à nação o código que, com visível impaciência, reclama para entrar no claro dia da legalidade. Eles se retraíram para não se arrependem de retardar o desdobramento sereno e regular do debate à imitação de Franklin, que, na primeira constituinte da América do Norte, depois de se haver insurgido contra o projeto constitucional, recorreu ao *quos ego* do Netuno de Virgílio para acalmar as ondas da oposição que ele próprio alevantara. Eu muito modesto para equiparar-me ao imortal patriota mesmo nos erros irreparáveis, não abusei da tribuna na primeira e segunda discussões porque o momento era para os oradores que se adestraram no manejo da crítica e da análise: a minha palavra muito indisciplinada e rude (gerais não-apoiados) essa... eduquei-a nos comícios agitados da praça pública, desfraldei-a como uma vela latina a todos os ventos desencontrados do mar tumultuário do povo (muito bem, muito bem). E francamente, senhores, assim procedendo, fomos mais do que hábeis, porque nos houve com a mais escrupulosa justiça. Com efeito: composta na sua maioria de republicanos a que o *modus dicendi* (hilaridade) da opinião nacional habituou-se a chamar adesistas, esta assembléia é numericamente deles; e será, por consequência, a cifra dos seus votos que prevalecerá na aprovação do projeto constitucional que o governo provisório submeteu ao nosso critério. A responsabilidade daí decorrente... que eles a assumam com brio e desassombro, expandindo-se freqüentemente e amplamente desta tribuna. — É um direito que, longe de lhes negarmos, insistiremos para lhes ser garantido sem violação, a fim de que o país saiba com discrímen a quem atribuir as excelências e os defeitos da Constituição que breve será promulgada (numerosos apoiados). Presumo que neste modo de pensar estamos de acordo completo todos os republicanos que a convenção popular, um pouco atropeladamente denominou — históricos.

Empregando os qualificativos históricos e adesistas, este para designar os meus correligionários que se declararam tais depois do 15 de novembro e aquele para caracterizar os que já o eram antes de tão memorável data, não está nos meus intuitos sancionar dessemelhanças, confirmar diferenças na numerosa família republicana que atualmente ilustra a política brasileira (aplausos). Para mim tão bons correligionários são os que ontem combatiam a monarquia quando ela ainda era uma força no nosso país, como os que fazem hoje causa comum conosco (muito bem, muito bem). Sim! porque, se os republicanos da véspera afrontaram todos os perigos da propaganda afirmando a mais entranhada confiança na vitória da idéia pela qual se expunham os republicanos do postrídio demonstraram o mais acendrado patriotismo, o civismo mais louvável, vindo não oferecer a resistência da desordem ao nosso triunfo, mas confiadamente alistar-se nas nossas fileiras, agrupar-se lealmente em torno da nossa bandeira vitoriosa (muito bem, muito bem); e uns e outros ficamos unificados estreitamente pela mesma aspiração grandiosa que é a integração da pátria pela República (aplausos)!

Esta fusão cordial, senhores, é tanto mais explicável quanto, se não vos falha a memória, nos últimos dias do Império os mais comprometidos na ma-

nutenção do *status quo*, quando conosco discreteavam sobre política, limitavam-se a pedir que operássemos a transformação institucional da nossa sociedade sem riscos nem comoções. — É que a fé monárquica, que, aliá, nunca encontrou abrigo seguro em almas americanas, havia desertado de todo da consciência nacional; com raríssimas exceções, muito individuais, nem eram monarquistas convencidos e dedicados os mesmos que o ex-imperador costumava tirar das duas facções partidárias com quem repartia o poder e a cuja conta levava os seus erros governamentais: todos sobrepunham os interesses da nação às conveniências de uma família privilegiada (apoiados numerosos e muito bem, muito bem).

O que por tanto tempo poupou as instituições decaídas não foram as necessidades públicas, nem a tolerância popular, nem a condescendência geral pelo chefe da dinastia deposta: foi o hábito de alguns, a indiferença de muitos, a repugnância aos meios violentos que a série das nossas revoluções deixou no espírito da maioria absoluta dos nossos concidadãos (apoiados gerais e numerosos muito bem). Tal era, senhores, a linguagem de que usávamos no tempo da propaganda e que eu confirmo plenamente hoje para justificar a efusão e o aqodamento afetuoso com que nas nossas recebemos as mãos que, nos dias consecutivos ao 15 de novembro, nos estenderam comovidamente, em penhor de aliança, esses mesmos a quem atiram, por escárnio, a qualificação de adesistas. . .

Em frente da monarquia já moribunda e para desfechar-lhe o golpe derradeiro, o Partido Republicano havia destacado em três grupos, que se entendiam não obstante as rivalidades pessoais provocadas pela cobiça à chefia suprema: — um, o menor e mais irrequieto, que esperava somente da revolução o êxito da nosas causa; o último, maior e menos insofrido do que o primeiro, que para igual fim confiava firmemente no poder virtual da evolução; e o segundo, mais numeroso do que os dois e a confinar com ambos, que estava pronto a ferir o bom combate no terreno que a oportunidade lhe demarcasse. . . Vingou o processo evolucionista, graças ao tino admirável, à perseverança inquebrantável do meu honrado amigo e chefe egrégio Quintino Bocayuva, que, usando dos recursos extraordinários do seu prodigioso espírito, soube reprimir com doçura as impaciências rebelionárias de alguns dos nossos e armar em nosso favor o exército inteiro, em grande parte já republicanizado, defendendo-o galhardamente dos vexames incessantes, das perseguições acintosas, das iniquidades revoltantes com que o governo imperial procurava rebaixar o seu nível moral (numerosos apoiados). Esta solução, senhores, a melhor indubitavelmente, porque não fez vencidos nem vencedores e não lançou no chão da pátria as sementes daninhas do ódio e das represálias, foi saudada por todos nós, republicanos de todos os matizes, com o mesmo brado de aquiescente entusiasmo. Em consequência, históricos e adesistas entramos irmanados nestes paços, que por mais de meio século asilaram o Império, não pelas arestas ásperas das barricadas, mas comodamente, tranqüilamente, legitimamente pelas suas francas escadarias principais; e aqui nos instalamos solenemente como diretores da nação, que, única, pode ser dona e senhora dos seus destinos políticos (gerais aplausos). E que mais impositiva prova da nossa confraternização que essa que oferece o Congresso, ostentando — de um lado, adesistas e históricos intimamente empenhados em evitarem que esta assembléia se distraia em discussões estranhas aos projeto constitucional? — e do outro lado, históricos estreitamente ligados a adesistas que, profligando incansavelmente desta tri-

buna os atos da ditadura que não lhes parecem do mais genuíno republicanismo, revelam pelos nossos princípios, zelos que nunca mostraram pela pureza do regime monárquico de onde vieram (numerosos apoiados)?

Não, senhores, o modo como nos confundimos neste recinto não nos dá o direito de praticar seleções; ou então... sejam escrupulosamente lógicos rene-gando a responsabilidade histórica do glorioso movimento que consumou a mudança pacífica das nossas instituições porque nele também colaboraram civis e militares que até aquele momento não se tinham manifestado franca-mente republicanos (apoiados e muito bem). Mais ainda: muitos compatriotas nossos, para se desobrigar da palavra precedentemente empenhada, vieram ro-bustecer as nossas alas, apenas a lei 13 de maio nulificou a aliança que tacita-mente firmaram com o trono imperial; e não poucos, rompendo as aderências que os atinham aos bandos monárquicos, não trepidaram, meses, semanas, dias antes do 15 de novembro, em comungar conosco, movidos uns pelo patriotis-mo outros por preverem o próximo soçobro irremediável do passado regime, outros finalmente por se terem deixado penetrar da nossa crença política. Pois bem! que estes sejam repelidos por aqueles e ambos evitados com cautela pelos meus correligionários do período heróico da propaganda, que foi esse em que por criminosos irresgatáveis nos condenavam as classes conservadoras da nossa sociedade! E quanto a estes últimos, que fomos os primeiros a arremeter contra o sistema proscrito, se o pietismo dos meus se exagerar, eu terei a profunda mágoa inconsolável de me ver separado de muitos deles, porque uns nos malsi-navam quando subíamos à praça para agitar a multidão (muito bem, muito bem), outros nos abandonaram nas horas difíceis para se ocupar exclusiva-mente dos seus interesses (muito bem, muito bem), outros romperam com o egoísmo em que viviam cronicamente enquistados só quando perceberam o advento inevitável da República (muito bem, muito bem), este não resignou oportunamente o cargo de confiança arteiramente alcançado das condescendên-cias corruptoras do poder (muito bem, muito bem), aqueles mal inspirados pelo coração fizeram da gratidão um argumento partidário em favor da suces-são da coroa imperial (muito bem, muito bem), não poucos entraram na polí-tica pela porta dos partidos monárquicos (muito bem, muito bem), um no estrangeiro atraiu o ex-monarca ao seu estabelecimento comercial e para justifi-car a incorreção de tal procedimento infamava a reputação dos correligionários (muito bem, muito bem), outros foram parte nas reuniões literárias do ex-soberano aqui mesmo nestes paços (muito bem, muito bem), onde não poucos vieram oferecer-lhe as suas teses de candidatos a cadeiras no alto magistério, porque a obtenção delas dependia principalmente da intervenção do ex-chefe do Estado (muito bem, muito bem).

O Sr. Érico Coelho: Não fui eu desse número...

O Sr. Lopes Trovão: Não denuncio, faço referências que não se entendem convosco que fostes sempre dos mais intransigentes correligionários, mas com o fim intencional, assentado, de pôr em relevo o perigo e o absurdo, no caso vertente, das distinções escrupulosas, porque essas, seccionando os republica-nos de todos os tempos em pequenos grupos, porventura hostis, expõem-nos enfraquecidos aos embates da massa formidável dos adesistas, que, se para predominar na nossa política se congregarem, terão sobre nós, além da material, a vitória moral, já que a democracia é a alma da República e nela a grande força atuante é o número (apoiados).

Sejamos coerentes e sobretudo bastante patriotas: — coerentes, não ratificando, hoje, reservas que nos não ocorreram quando, no momento crítico da proclamação do atual regime, aceitamos a adesão espontânea dos antigos monarquistas como homologação do modo pacífico por que efetuamos a revolução; e bastante patriotas, para não assanharmos divergências e discórdias de opinião, que só servirão para aumentar a anarquia espiritual em que se dissolveu o Império e que impediu a nação de ter a norteação indispensável para atingir o grau de desenvolvimento que de direito lhe compete (aplausos). A República, tal como foi feita principalmente, pertence ao Brasil e o Brasil não é propriedade de nenhuma oligarquia partidária porque pertence a todos os brasileiros e aos estrangeiros que aceitaram a nossa nacionalidade (apoiados e muito bem). A nossa política, pois, não pode deixar de ter por escopo a convergência e concentração das forças nacionais apaziguadas (aplausos).

Para lograrmos tão alevantado desiderato, o melhor processo, senhores, não é, de certo, a oposição sistemática, incondicional e sem tréguas: essa, que só consegue irritar o adversário para o obrigar a desatinos, aproveitou-nos devidamente outrora, quando pela base e radicalmente visávamos destruir as instituições existentes. No momento atual, tratando-se de reorganizar o país pelos moldes republicanos, cumpre aos meus correligionários, antigos sobretudo, usar do conselho que dirige, da advertência que previne, da admoestação que corrige (aplausos). O que dessa medida exceder servirá apenas para acirrar uma luta de inimizades obstinadas a irreconciliáveis, que redundará no nosso descrédito perante a nação e no amesquinamento da nação perante o mundo civilizado (aplausos). Em política, o nosso povo atravessa ainda a fase antropomórfica e, por consequência, do desprestígio dos homens resultará o desprestígio do regime. Tenhamos em mente que foram os emperros e a obcecação da intolerância republicana que perderam a República inglesa em 1660, a Primeira e a Segunda Repúblicas em França e a República Espanhola em 1874, para não falarmos nas outras, cuja queda procedeu, por via de regra, da mesma causa deplorável.

Melhor do que eu ninguém afere pelo próprio pesar a dor que desespera os meus correligionários mais exaltados ao verem tão distanciada ainda, não do ideal porque esse é quase inacessível, mas do real a República que nós havíamos concebido e anunciado com todos os fervores da convicção. Tolere-se-me, porém, ponderar que se houvéssemos já instituído a nossa República com todas as suas virtudes e vantagens, certo teríamos tirado a razão a nós mesmos quando asseverávamos que o Império depravou a nação até a medula. Eu creio, senhores, nos efeitos das formas de governo: contudo, por mais salutares que eles sejam, não podem transformar um povo fundamentalmente em um ano e três meses, que tanto é o estreito lapso de tempo a que abolimos a monarquia!

O que nos impede de marchar desembaraçadamente para o nosso objetivo não são evidentemente os monarquistas...

Algumas vozes: E os sebastianistas?...

O Sr. Lopes Trovão: Esses representam na nossa política uma quantidade tão negativa que não vale a pena tomá-los em consideração (apoiados). Doentes morais... no nome de que os apodou, a chufa pública definiu a laia de visionários a que eles pertencem e o lugar que ocupam no quadro da nosologia social; sim! porque as sociedades são, à maneira do organismo humano, sujeitas também a contingências mórbidas. Senão, vede: outrora, quando predi-

cávamos ao povo, aqueles que nos eram menos infensos não hesitavam em repetir-nos que a nação não tinha ainda preparo para adotar as instituições republicanas. Nesta linguagem, em que preparo significa progresso mental, eles confessavam implicitamente a superioridade da República sobre a monarquia. Se assim é, insistir em ficar aquém da nação, que por atos repetidos tem demonstrado jogar com a intuição do sistema republicano, importa não possuir a noção do progresso, que é a principal característica que distingue o homem do bruto nos domínios da psicologia.

O mais desconsolador é que desses que por tal modo confundem o bruto e o homem na escala zoológica e desacreditam a larga e lúcida intuição da alma brasileira são sebastianistas, uns por ter perdido o prestígio de que ilegítimamente gozavam, outros por dever ao favoritismo imperial as altas posições de que não abriram ainda mão, outros porque se sentem assaz nulos para arrostar a concorrência que a nova situação estimulou no terreno das capacidades, não poucos porque a consciência os acusa de haverem contribuído com as suas inépcias para a eliminação do antigo regime, alguns porque, tendo traído a nossa causa nos dias difíceis, sabem que os desprezamos muito para contratar os zelos e serviços que a monarquia não lhes pode mais pagar. O que valem, porém, esses conspiradores de burlata di-lo à sociedade o tom medroso e o esgar furtivo com que no fundo penumbroso dos cafés, nas esquinas esconsas das vielas, nas rodas interlopas que freqüentam tecem as mais pérfidas intrigas contra os poderes públicos, engendram as calúnias mais sórdidas contra a probidade individual dos que governam, propalam os boatos mais terroristas contra a ordem social, agravam as frases menos consideradas que escapam, a trechos, ao mau humor de alguns dos nossos correligionários e dão curso às homilias sensaboronas e indigestas, repassadas de uns profetismos à Bandarra, que os mais impulsivos dentre eles arriscam em letra de molde sob a própria responsabilidade, ou à conta dos testas-de-ferro que velhacamente guindaram à chefia redatorial dos órgãos com que desvirtuam a nossa imprensa. Bastante covardes para ousarem uma aventura revolucionária, eles já se teriam extinguido no autofagismo da cólera mal sofreada que os devora se, no epíteto de adesistas que aplicamos como labéu aos que resolutamente aceitaram a República, não encontrassem elemento de vida para se tornar gloriolentos do título derrisório de sebastianistas. Mas quando mesmo, senhores, por um milagre de surpresa restaurassem o passado, não conseguiriam sem dúvida desacreditar a forma de governo que, através das conflagrações da Europa, há mantido até hoje a integridade da Suíça e que, em menos de meio século, operou a grandeza incomparável dos Estados Unidos e a portentosa ressurreição da França (aplausos). Em vez da República, seria o Brasil a vítima dessa funesta mutação, porque ficava provado que nós nem merecemos a liberdade que só ontem restituímos à raça desventurada que por tanto tempo conservamos atida ao cativo (aplausos). Felizmente tão abominável crime é por demais desmarcado para o tamanho desse minúsculo bando desnordeado de psicóticos, que seriam apenas ridículos, se não se houvessem tornado odiosos pelas tretas e raposias de que abusam impunemente no intuito de alarmar as pusilanimidades do espírito público e assustar o capital estrangeiro de que não pode prescindir o nosso país a fim de utilizar as suas riquezas naturais. Nisso — que já é muito perante o patriotismo — consiste todo o mais — que muito pouco é em um período de transição — que lhes tem sido possível mover contra

a situação republicana. Apóstolos políticos de Onã... eles não de indubitavelmente esgotar-se na própria impotência depois de reconhecer a esterilidade dos recursos artificiais de que se socorrem com escândalo da moral e ultraje do civismo (aplausos). Fora estes, cuja inanidade de ação se tem denunciado às escâncaras, eu ousou assegurar sem receios de contestação que, por honra à hombridade de caráter e à normalidade das faculdades mentais do povo brasileiro, em nossa pátria não há quem pretenda contrariar o trabalho, em que estamos empenhados, da organização definitiva da República (apoiados). Desapareceram para todo o sempre os monarquistas...

O que aí está de pé, insurreto, a dificultar o bom êxito imediato da nossa tarefa é o espírito monárquico de três séculos de regime colonial e os 67 anos de governo imperial nos deixaram profundamente eivados a todos nós, republicanos que sempre fomos, republicanos que nos tinham vindo dos partidos constitucionais de outrora, republicanos que se declararam tais com o advento da atual situação, o país inteiro enfim. O homem é fatalmente o produto do meio em que nasceu, desenvolveu-se e completou-se. Independente da nossa vontade ficamos amolgados à feição da escola ominosa em que educamos o nosso caráter, por fortuna ainda não formado de todo. Daí as apreensões que me entibiam de ver os princípios republicanos negligenciados na prática pelos nossos contemporâneos e talvez mesmo pela geração que os vai suceder sem descontinuidade no prosclênio da história. Vícios inveterados constituem direitos adquiridos: não se os extirpam sem relutância de quem os traz. Assim, a alma nacional há de, mau grado seu, flutuar longamente entre o atual regime e o regime passado, ora saudosa deste, ora aspirando fixar-se naquele. Este estado que eu qualificarei de angustioso patenteou-se acentuadamente nas três Repúblicas que eu terei sempre presente na minha memória como exemplos de erros a evitar e de acertos a imitar: — a França que, desembaraçada do seu último soberano em 1870, só agora começa a deixar de ser uma monarquia constitucional com o rótulo de República; os Estados Unidos que, independentes desde 1776, só depois da guerra de separação conseguiram, em 1862, pelo aniquilamento da escravidão, forrar-se dos preconceitos coloniais; a Suíça que, estando em República havia já dois séculos quase, só em 1832 pôde abolir os privilégios senhoriais, igualizar os cidadãos perante a lei e acessíveis a todos tornar os empregos públicos. Diferentes, muito diferentes das atuais eram as condições da política universal em que se debatiam aqueles três nobres países...

A onda da democracia, desgrilhada pela primeira Revolução francesa, aumentando de volume e impetuosidade à proporção que avança no seu curso irresistível, pompeia hoje em todas as nações ocidentais, mesmo naquelas em que a tradição reacionária não perdeu ainda a forma do absolutismo monárquico. A esta causa, felizmente favorável à nossa adaptação ao novo regime em menor lapso de tempo, junta-se a circunstância de o primeiro imperador com ter sido um estrangeiro estúrdio e o segundo com ter recorrido à corrupção haverem amesquinhado o prestígio do sistema de que ambos eram os representantes oficiais mais interessados. Todavia, para que de tais vantagens surta mais rapidamente o resultado que almejamos e que vem a ser o afeiçoamento de nossa pátria às práticas puras e rigorosas das instituições republicanas, é indispensável que a política nacional seja dirigida principalmente pelos nossos concidadãos menos dominados pelo espírito monárquico e que jogam com grande potência de faculdades a fim de se emanciparem dele totalmente. Para

encontrá-los a esses... nós não caremos sair deste Congresso, que, seja em boa hora assinalado, soube por atos da mais ativa isenção despicar-se das suspiciões com que geralmente o viram reunir-se e formalmente desmentir as Cassandras que, sugestionadas pelo despeito pessoal e a maledicência indígena, andaram a vaticinar que ele não passaria de uma chancelaria do governo, da sucursal das secretarias de Estado (numerosos apoiados e muito bem). O documento comprobatório de que não articulo em falso está no próprio texto da Constituição, que já aprovamos em duas discussões.

No momento atual da civilização humana a República, senhores, avanteja-se a todas as outras formas de governo porque, pela sua natureza e elasticidade do seu mecanismo, é a única que pode, em mais larga escala, garantir ao povo o direito que lhe é atributivo e inalienável de exercer a sua vontade na organização dos poderes públicos, sem preocupações egoísticas nem o receio das instabilidades resultantes das crises sociais profundas. Baseada sobre o princípio da elegibilidade é o boletim do voto, por consequência, que indica e prescreve, que regula e resolve a conduta governamental.

Por haver exata e nítida tão alta compreensão, o Congresso aceitou o censo baixo, preceituado pelo governo provisório no projeto de Constituição que nos ofereceu, franqueando assim a urna do escrutínio secreto à afirmação desasombrosa da consciência política de todos os cidadãos que sabem ler e escrever. Eu percebo o alcance dessa restrição em detrimento dos analfabetos: abrindo-a, os meus colegas tiveram em vista prevenir sobre as outras causas da mistificação do voto os efeitos da ignorância do eleitor. Seja-me lícito, porém, ponderar que nos países, como o nosso, em que falecem recursos à iniciativa privada a fim de propagar a instrução, compete ao Estado para isso dar ao povo escolas capazes, às escolas, professores aptos e aos professores, bons compêndios. Assim não entendeu o regime passado; e o presente provará que não o entende também se aprovamos o substitutivo ou emenda em que se nos propõe tornar o ensino elementar, de obrigatório que era no projeto constitucional do governo, puramente e simplesmente facultativo.

E já que me refiro a essa indicação, vem a talho inquirir o móvel a que cederam os seus autores. — Estatuir a liberdade do ensino no intuito, porventura, de salvaguardarem os princípios de liberdade individual? Neste caso, permita-se-me aventurar: — foram contraditórios, por isso que, no correr do debate desta mesma Constituição, votaram por mais de um dispositivo que cerceia a liberdade individual em favor de direitos coletivos e, sem saírem do próprio texto da emenda em causa, se insurgem contra a obrigatoriedade do ensino, ao passo que prescrevem a sua laicização — o que, de resto, não me parece producente, visto como não há liberdade de ensino com programa imposto e programa imposto sem violação da liberdade espiritual do indivíduo.

Sobre este interessante assunto ocorrem-me reflexões que espero externar oportunamente, se as reformas de ensino pelo governo provisório decretadas forem postas em discussão nesta assembléia. Todavia, não me abstenho, pelo momento, de acentuar a necessidade que sente todo o grupo humano que não se fossilizou no estado selvagem de desenvolver as suas forças psíquicas por meio de conveniente instrução, já cedendo à natural impulsão que nos leva a aperfeiçoar-nos, já com o fim de entrarmos na luta pela existência armados com as probabilidades da vitória. Nas democracias, sobretudo, por isso que

o povo é a medula do poder, essa necessidade se erige num dever iniludível, que, se o povo por deficiência de cultura, como sucede ao nosso, não sabe traduzir no fato, corre ao governo torná-lo efetivo até que ele entre e estabeleça-se no domínio dos costumes, por via da instrução elementar gratuita e obrigatória, com a condição, porém, de ser secular, conforme propus com um colega na comissão dos 21, a que tive a honra de pertencer por delegação dos representantes da capital federal.

Contra a obrigatoriedade do ensino e a sua conseqüente sanção penal, alegam-se como razões de ordem material a dispersão em que, no nosso país, vive a massa da população e a impossibilidade em que se acham certas famílias de vestir decentemente as crianças para enviá-las à escola. — Eu oponho a esta razão os sentimentos benfazejos do coração brasileiro; e, quando estes desmentissem o conceito que me merecem, não imitando o que é aliás vulgar em outras nações, eu, não obstante, levaria o maltrapilho à escola para que nela ele aprendesse, pelo menos, a não seguir o exemplo dos que não são caritativos e bons. — Quanto à primeira razão... eu poderia retorquir singelamente que não é equitativo sacrificar os analfabetos das grandes e pequenas cidades, das vilas e arraiais aos que andam disseminados pelas nossas vastas extensões territoriais, porquanto estes somam uma cifra incomparavelmente menor que aqueles. Isto não basta, porém; e então seja-me dado lembrar que resta ao governo o recurso das escolas móveis para levar o ensino às mais remotas paragens e, no caso contrário, por motivos de economia ou outros quaisquer, os pais ou tutores do analfabeto ficam *ipso facto*, por força maior, a cobro da sanção penal, que é evidentemente o que torna a obrigatoriedade antipática a alguns espíritos mais suscetíveis. A República, laboriosa, honesta, ordeira, só pode ter por base a instrução popular; e esta não passará de uma figura de retórica, comprada com os dinheiros públicos aos fabricantes de relatórios declamados, se a não tornarem obrigatória, à guisa do que com êxito fizeram outras nações mais traquejadas, que acatam a liberdade individual com a mesma reverência que nós.

Na crise religiosa que asoberba o mundo civilizado, quando às consciências sobressaltadas não mais serve de comunhão a crença no sobrenatural; em nossa pátria nomeadamente, onde a monarquia deixou as populações conflagradas na mais profunda indisciplina moral, quando nos achamos na véspera de praticar o sistema federativo, cujo mandamento capital consiste em dividir para melhor administrar; eu vou, senhores, até desejar para o país inteiro um só programa de ensino que abarque todos os graus de instrução, desde a elementar até a superior, por estar firmemente convencido de que só por meio da identidade no ensino conseguiremos a solidariedade estreita dos espíritos, a unidade indestrutível da alma nacional. No tocante ao ensino superior, a uniformidade de programma já está condicionada. Por que, pois, não se há de estabelecer a mesma condição para o ensino elementar, já que é esse o ensino que nos deve o Estado a fim de nos habilitar ao exercício do voto?

O saber apenas ler e escrever não desenvolve o discernimento e é, por via de regra, mais pernicioso do que o analfabetismo franco porquanto, abundando em maior cópia os maus livros, neles vai de boa fé o indivíduo imbuir-se de noções incompletas, quando não de idéias crassamente errôneas, sobre os mais rudimentares fenômenos da existência do mundo, do homem e das sociedades. Assim sendo, esse falso saber, que eu me permitirei chamar analfabetismo rebuçado, não constitui melhor critério para conferir funções políticas

do que a sinceridade e firmeza de convicções, os interesses pelo trabalho acumulados, a propriedade individual do analfabeto genuíno. Não! o analfabetismo rebuçado não dá ao cidadão maior capacidade eleitoral do que o analfabetismo franco. E, positivamente, senhores, iniciar a situação republicana pelo voto negado a este como um castigo e concedido como prêmio àquele, entre nós, sobretudo, em que até a hora atual ninguém pode ser razoavelmente responsabilizado pela própria ignorância, e os que sabem apenas ler e escrever possuem o escasso mérito de soletrar mal e garatujar pior, redundando numa desigualdade e numa injustiça que melindra as minhas suscetibilidades democráticas e choca o fundo de retidão que forra resistentemente o meu caráter. Eu me compadecerei, entretanto, com essa restrição, que prejudica a maioria absoluta dos nossos compatriotas, se dela o Congresso tirar o único proveito que poderá justificá-la e vem a ser — firmar o princípio da obrigatoriedade do ensino elementar, como extremo e derradeiro recurso eficiente para vencer os pretextos aparentemente plausíveis a que recorrem os refratários à escola que muitos são e da mais culposa espécie de obstinados. Sem esta imposição e a providência de fornecer pelo ensino elementar o contingente de conhecimentos indispensáveis ao homem moderno, o regime fundado pelo 15 de novembro falseará o seu fim que é a destruição de todos os males sociais e, por consequência, da ignorância, por ser o maior de todos eles e não passará do privilégio de uma insignificante minoria constituída, em muito, de indivíduos sem circunspeção política e, por consequência, expostos despercebidos às ardilezas dos garimpeiros eleitorais. A verdade do sistema republicano está no governo da nação pela nação e este tem por origem o sufrágio universal. Esforcemo-nos, pois, por abonar ao povo instruído a maior soma de votos — eis o dever primeiro de todos aqueles a quem cabe a difícilíssima missão de dirigir a democracia.

Por compenetrado dele foi que, senhores, com o auxílio de dois companheiros mais emancipados, propus na comissão dos 21 a amplificação do exercício do voto até as mulheres diplomadas com títulos científicos e professorais que não estivessem sob o poder marital nem paterno, assim como àquelas que, sabendo ler e escrever, houvessem provado idoneidade na posse e administração de seus bens. Não estendendo a nossa proposta a todo o sexo frágil e nela não compreendendo a elegibilidade, eu agi industriosamente para contempORIZAR com as relutâncias que previa encontrar por parte dos meus colegas. Longe da minha expectativa, porém, reunimos sete votos amigos, que vi com manifesto contentamento multiplicarem-se, em pleno Congresso, na primeira e segunda discussões, graças à iniciativa de não poucos partidários do sufrágio feminino, cujos alguns limitaram-se a reproduzir, em termos diferentes, o nosso pensamento e os outros foram além... reclamando para todas as mulheres os mesmos direitos eleitorais aos homens conferidos. Toda a idéia nova que traz em si as forças impulsoras da verdade e da justiça afronta, antes de entrar na fase definitiva do triunfo, os fingidos desdêns e depois as hostilidades abertas dos preconceitos sociais. Logo que, nesta assembléia, foi agitada a questão do voto feminino, carregaram contra ele e com ímpeto desusado os muitos que lhe são patentemente infensos. É assaz sintomático este fato e a circunstância de não terem vindo à tona do debate os argumentos em que se acantam as teorias tradicionalista e sentimentalista para provar em confronto com o homem, esta a igualdade e aquela a inferioridade mental da porção maior e mais

bela do gênero humano. Isto quer dizer que, entre nós, a idéia vadeou o doloroso período evolutivo com que não podia deixar de tributá-la a vitória que prevejo iminente, porque os seus impugnadores nada mais alegam do que o escrúpulo de desvirtuar na política o apostolado da mulher, que é no lar como educadora da prole.

Assuntos que se prendem a esta tese abrirão o ensejo de apurar o seu real valor nas próximas sessões ordinárias deste Congresso. Por agora, seja-me dado a respeito formular algumas interrogativas aos que circunscrevem ao lar e à educação da prole a missão da mulher: — O elemento feminino sobreexcede, em número, ao masculino na massa geral da população do nosso globo: e a monogamia foi aceita pelas sociedades civilizadas como base moralizadora da família. Acaso já se providenciou para que as mulheres que deixaram de ser filhas-família sem encontrar esposo tenham, sem exceção, um teto em vez da rampa por onde os porcos de Epicteto costumam de impelir as suas vítimas, depois de cevados e fartos? — Nas grandes capitais, sobretudo, as proletárias são constrangidas a mourejar nas oficinas e repartições do Estado, pelas ruas e alheios domicílios a fim de prover às necessidades do casal. Porventura medidas já foram tomadas para que, sem sair da própria habitação, elas sustentem os filhos? — Tem-se dito e repetido a enfiar que a educação primeira forma o lastro do caráter do homem; e essa, por toda a parte e particularmente no nosso país, há sido até hoje ministrada pela mãe de família. Por fortuna já foi encontrado o meio de evitar que, relativamente, as instituições, criadas pelos governos das nações adiantadas para educar as crianças moralmente ou materialmente abandonadas, continuem de produzir uma média de melhores cidadãos do que ela? Enquanto não responderem satisfatoriamente a tais quesitos e não me provarem que o lar é sempre um ninho de conforto, de paz e de moralidade, eu continuarei de considerar a mulher compatível com a vida pública e que só no traquejo desta ela conseguirá romper a teia dos vícios de educação com que na alma da criança deixa perpetuamente enredada a consciência do adulto.

Demais... atentando para a cifra comparativamente pequena e para a conduta afetiva dos homens que se consagram de todo à política, havemos de convir que a maioria dos homens não subordina à política o melhor da sua atividade e que a política, não obstante as baixas intrigas com que a exploram no interesse próprio alguns especuladores sem talento nem pudor, não é o tremedal em que se vão atascar as mais elevadas faculdades de nossa alma, as noções mais grandiosas dos nossos deveres individuais. Se isto sucede ao homem, que, na definição humorística de um filósofo, não passa de um animal político, não sei que razões militam para nos arretermos que aconteça diversamente às mulheres. De resto, com se lhes negar direitos eleitorais tem-se logrado arredá-las da política? Numerosos são os exemplos históricos e os casos que nos fornece a existência privada de todos os povos para verificar-se o contrário. Assim, parece-me de melhor aviso estabelecer contra elas o princípio das responsabilidades, franqueando-se-lhes legalmente a urna do escrutínio, mesmo porque, se os homens não tiverem a gentileza de fazer-lhes essa concessão a título de presente, passarão pelo vexame de vê-la arrancada ao seu egoísmo como conquista, duramente porfiada, por elas... que para isso aí vêm a passo triunfante, processionalmente pelos caminhos que já sarjaram através das profissões científicas, do magistério e até do funcionalismo.

A fim de poupar tão humilhante derrota ao sexo que se jactancia de forte, o arquimonárquico e ultracatólico império da Áustria de há muito concede-lhes, ainda que com restrições, o exercício do voto, a republicana Suíça, desde 1885, permite-lhes, por direito de representação, colaborarem na escolha dos edis, contanto que sejam viúvas ou solteiras, maiores de 20 anos e paguem impostos; e alguns Estados da grande Confederação Americana não desdenham dar-lhes lugar nas assembléias municipais, onde, aliás, elas se têm havido com tato administrativo e escrúpulos de moralidade reconhecidamente notáveis. Se a Inglaterra, que tão convictamente se orgulha das suas rainhas, comete a incongruência de resistir ao exemplo destes três países — incongruência tanto mais flagrante quanto, ao que afirmou o advogado Coleridge no *Common-Plaids* de Londres, as senhoras, outrora, tiveram ingerência legal na sua política — é porque o landlordismo, pêndulo regulador das instituições que a regem, há mister para manter-se de sacrificar os direitos de sucessão imediata da irmã, da esposa e da mãe, de alta linhagem, ao primeiro irmão, ao esposo e ao primogênito; não obstante, por um movimento de reparação que acredita os seus sentimentos de justiça a Câmara dos Comuns já aprovou em segunda leitura um projeto de lei armando do boletim do voto todas as mulheres que dirigem estabelecimentos industriais e agrícolas. Quanto à França, que deixou de ser o soldado do Deus de Shakespeare só quando sentiu-se bastantemente aprestada para tomar o posto de sentinela avançada da democracia, não devemos esquecê-la em assuntos desta natureza, por isso que mais do que ela nenhuma nação votou-se com tanta abnegação em holocausto às idéias e sentimentos igualitários no altar ensangüentado da Revolução: pois bem! os homens extraordinários que, através das conspirações da Europa monárquica, conduzem-na ao seu deslumbrante destino glorioso, hesitam em abrir praça na política nacional às suas compatriotas, visto como, ainda de presente, a massa geral delas obedece às sugestões reacionárias do clero, a maior parte por superstição e a menor... por se ter inventado para uso da pacholice masculina e da feminina frivolidade que o alto *chic* consiste em não se ser republicano.

Se a democracia, senhores, tem por alma a soberania popular, certo que esta, com exclusão dos analfabetos e de todas as mulheres da lista eleitoral, ficou amputada no sufrágio universal, seu único e legítimo órgão de expressão. Pelo que perdeu em extensão, a força, porém, da nossa democracia ganhou em intenção com o voto direto do povo para a escolha dos senadores e a nomeação do presidente da República.

O Sr. Bellarmino Carneiro: Uma grande conquista.

O Sr. Lopes Trovão: Sim! uma grande conquista, imposta pela lógica, já que o poder de que participam, como delegados que também são da vontade nacional, emana das mesmas origens que sancionam a autoridade jurídica do deputado: assim, não sei por que o processo eletivo a que este é submetido deva ser relaxado quando se trata daqueles. — O poder legislativo fica sendo exercido na Constituição, que já aprovamos em segunda discussão, pelo Senado e pela Câmara dos Deputados, intimamente homogenados pela quase identidade de atribuições em um só corpo, que, se se bifurca naquelas duas seções, é para prevenir prudentemente os casos, tão factíveis nas assembléias unas, de açodamento nos debates dos assuntos que demandam meditação demorada, de surpresa nas decisões que entendem com as condições mais fundamentais da vida nacional, de desatinos a que de boa fé um orador eloqüente

pode arrastar muitas vezes, de opressão sem apelo de uma minoria inteligente pela maioria numérica (muitos apoiados e alguns não-apoiados). Poder que se cinde para melhor se equilibrar e corrigir, as suas partes concretas não podem unificar-se por sistemas de votação diferentes.

E, para sustentar o modo de eleição por legislatura, proposto no projeto constitucional do governo, não colhe o argumento a que se recorre especiosamente de que o Senado representa os estados. Sim! porque não há estado sem povo e, nas democracias, é ao povo que cumpre diretamente designar os que têm por dever confeccionar a lei. — No tocante à presidência da República, parece que só o sufrágio popular pode dar força ratificativa e dignidade indisputável às faculdades — tão latas que as assediamos com todas as precauções da responsabilidade criminal — de que a investimos escrupulosamente para não falsear o espírito do regime representativo que, em boa hora, preferimos. Processo eleitoral que interessa o país inteiro, há quem dele se arreceie pela agitação que sua aplicação leve aos ânimos e à ordem material. A darmos, porém, a tais receios o prestígio de um argumento, então, por maior força de razão, atentemos contra a democracia abolindo-o para a escolha dos deputados visto como, neste caso, entrando simultaneamente em jogo maior número de ambições do que na eleição do chefe do poder executivo, a tranqüilidade pública fica mais descoberta à perturbação. Os fatos me têm convencido de que as irregularidades do sufrágio popular resultam das peitas e fraudes, das ameaças e coações que, por via de regra, não se desdoiram de praticar para vencer os candidatos de todas as procedências, oficiais e não-oficiais. Elucidem sinceramente, honestamente os eleitores sobre o valor do candidato e falem aos menos quinhoados de virtudes cívicas sem lhes excitar a cobiça individual, deixem cada um deles agir livremente, conformemente as suas convicções e eu ousou pressagiar que nos eleitos teremos genuínos representantes da consciência política da nação.

Não obstante os graves defeitos de que possam acoimá-lo, o voto direto do povo é ainda superior à eleição pelo Congresso, lembrada em emenda por um dos nossos colegas e ao sistema de dois graus exercido pelo eleitorado especial que a ditadura contextuou no seu projeto, primeiro porque não traz na restrição numérica o caráter sovinaamente conservador do sistema de dois graus da eleição pelo Congresso; segundo porque, sendo mais vasto, escapa com maior facilidade a qualquer pressão que tentem porventura contra ele empregar; terceiro porque, esparsos como se acham os votantes, ficam mais a salvo das paixões comunicativas de ocasião e da influência sugestiva de incidentes que só têm importância no momento. Rejubilo-me, pois, com esta Constituinte, por haver para a nomeação do chefe do Estado e a escolha dos senadores dado preferência ao sufrágio popular, e marcará uma superioridade do nosso pacto fundamental sobre os seus congêneres dos Estados Unidos e da Suíça. Pesa-me, porém, que, em vez de nos aproveitarmos das primícias de tão relevante conquista, tenhamos de recorrer à eleição pelo Congresso a fim de dotar a nossa República do seu primeiro presidente. Bem sei que para assim proceder recebemos mandato imperativo; mas, como ele nos veio do governo ditatorial, que, em nenhuma hipótese, pode hoje impô-lo aos delegados do povo, parece-me que não andaríamos mal avisados contrariando-o neste ponto, a fim de evitar que se diga que o poder organizado por um chefe eleito fora da letra da Constituição não passa de um prolongamento do regime provisório e

que nós “abrindo ao país a porta larga da legalidade, aí forçamo-lo a penetrar pela janela estreita da ilegalidade”, para servir-me da frase que aventurei sobre este assunto na terceira sessão do nosso Congresso e que ainda agora mantenho integralmente.

Não era lógico, senhores, que a assembléia que desenvolveu a vida política da nação com o aumento do eleitorado atentasse contra o seu provedor, que é a existência física do homem. Em consequência, ela aboliu a pena de morte que negrejava no código criminal que nos legou a monarquia, acentuando na nossa lei básica por mais este ato uma nova superioridade sobre a legislação institucional dos dois povos que estão servindo de modelo à nossa reorganização nacional.

Não foi, entretanto, sem custo que realizamos mais esta conquista do espírito moderno. Contra ela se abespinhou a dialética dos velhos defensores do cadafalso, chocalhando desde o exemplo intimidativo do indivíduo até o direito de defesa da sociedade, como se a preservação do mal consistisse em retaliar com mal idêntico e não estivesse materialmente provado o efeito negativo do temor sobre os que levam em si as tentações impulsivas do crime. A exceder, porém, todos os argumentos que desta tribuna foram produzidos, a dominá-los pelo valor científico, invocou-se a lei de seleção contra a inviolabilidade da vida humana. A vingar na espécie semelhante opinião retrogradaremos aos bárbaros tempos de Esparta, em que para se conseguir a robustez do povo sacrificavam as crianças aleijadas, débeis e doentias; e então por uma prolação naturalíssima acabarão por exigir o aniquilamento irremissível dos tuberculosos, dos sifilíticos, dos cancerosos, de todos enfim que trazem enfermidades hereditárias, transmissíveis, diatésicas e os que são dominados por vícios, como o da embriaguez pelos álcoois, que se reproduzem na prole sob diversas formas patológicas (numerosos apoiados e muito bem).

Eu creio na força impositiva da lei de seleção, mas penso que o homem possui a faculdade superior da razão também para evitar que ela pese sobre ele com a cegueira da fatalidade, com as brutalidades do fato natural com que se cumpre no mundo dos animais inferiores. O crime é um produto da perversão, passageira ou permanente, da índole humana, que tem por causa, quase sempre, os incidentes peculiares à organização ainda defeituosa da sociedade, em certos casos um estado mórbido que interessa ao cérebro e, em não raros, a predominância das qualidades agressivas que as ininterrompidas lutas violentas dos primeiros tempos da história desenvolveram e acentuaram nos nossos antepassados e esses nos herdaram por virtude das resistências atávicas. Reconstituam, pois, a sociedade em mais perfeitos moldes e, em vez de enviar o homem ao patíbulo, cuidem da criança, educando-a devidamente, já que nas tendências da criança denuncia-se o caráter do homem. Só assim, bem!... poderemos usar do direito de satisfazer as conveniências sociais em detrimento dos sentimentos de humanidade.

O Sr. Bevilacqua: No terreno sentimental estamos de acordo.

(Há muitos outros apartes.)

O Sr. Lopes Trovão: E como deslocar desse terreno os nossos atos, quando, quer individualmente, quer na qualidade de órgão da coletividade, o homem não pode deixar de agir conformemente as suas faculdades fundamentais. A sensibilidade é uma das potências de sua alma e, porventura, a mais estética porque dela depende o caráter simpático das nossas ações. Eliminá-la importa atacar a doutrina do amor por princípio assentada como alicerce da grande

construção filosófica de Augusto Comte, à qual estão filiados o meu primeiro interruptor e o colega distintíssimo, que, para sustentar a pena de morte, fundiu em arma de polêmica a seleção, que também eu aceito, em sociologia, não como no-la impõe a compreensão feroz de Hoeckel, mas como a explanou convincentemente o espírito humanitário de Lanessan. Sensibilismo ou não, a verdade é que, para honra da alma brasileira, o voto do Congresso desmontou e extinguiu o cadafalso, essa máquina criminosa, hedionda, degradante, infame, que, por pudor, o Império já havia velado diante da civilização do século com o manto piedoso da comutação genal (muito bem, muito bem).

A concorrer com mais esta conquista é cheio de ufanias que assinalo, senhores, a grande naturalização, proposta no projeto constitucional da ditadura e por nós acolhida com inequívocas marcas de assentimento. O processo tácito, que foi o preferido, porque é o único que poupa os melindres, aliás compreensíveis do estrangeiro que aspira à nossa nacionalidade, motivou, entretanto, uma emenda que passou, apesar de o anular de todo, evidentemente pela desatenção com que nos houve quando foi ela submetida à votação. Propagandista que também fui e durante muitos anos, eu sustentei incessantemente com todos os meus companheiros a grande naturalização pelo processo tácito como uma das primeiras letras, a realizar, do programa republicano. Guiou-nos os estos em prol desta idéia a convicção de que o desenvolvimento material de uma nação depende do equilíbrio entre a cifra da sua população e a extensão produtiva do seu solo. País com capacidade territorial para cerca de 700 milhões de habitantes, o nosso só conseguirá povoar-se por meio da imigração estrangeira provinda de uma civilização mais adiantada do que a nossa e que com o trabalho nos traga os hábitos de economia e conforto que desgraçadamente nos faltam. O estrangeiro em tais condições não é simplesmente um instrumento de atividade física: ele sente necessidade de afirmar na vida pública, como entidade racional e moral, que não deixou de ser, direitos que emanam logicamente de interesses que acumulou e pôs em jogo e que o Estado regula e pensiona. E que outro meio nos resta para tornar efetivos esses direitos a não ser a assimilação do estrangeiro ao nosso organismo político pela grande naturalização? . . . e, para que a grande naturalização seja realmente eficaz, que processo existe preferível ao tácito? . . . Os adversários da grande naturalização alegam que o indivíduo não pode ter duas pátrias; e entre os mesmos que a aceitam alguns há que consideram o processo tácito uma violência à liberdade individual.

Eu tenho para mim que, assim como a família que mais estremeçemos não é aquela de onde saímos com as suaves recordações de filhos, mas sim a em que entramos com os encargos pesados de pais, a pátria que mais queremos não é aquela em que o acaso nos deu nascimento, mas sim a em que nos domiciliamos longamente, nos deixamos absorver pelos usos e costumes, angariamos os meios de subsistência, adquirimos o maior número de relações, arquitetamos o lar, prosperamos, progredimos enfim. É que a humanidade começa a ceder à tendência de formar uma só coletividade, uma só nação, pela deslocação do indivíduo da terra em que viu a luz da existência e a sua consubstanciação com o país a que se radicou pelo exercício profícuo da sua atividade física e mental. O que em nós fica pelo torrão que nos foi berço é uma ternura lírica, um amor platônico, a saudade indefinida com que a reminiscência exagerada pela ausência nos esfumina a alma, como uma diáfana sombra melan-

cólica que o crepúsculo vespertino escorçou no cabeço de uma montanha muito distante e longínqua. Na pátria nativa de cada um deles, questionai o português, o italiano, o alemão, o espanhol, o francês, que largo tempo habitou o Brasil e todos eles se confessarão sinceramente dominados pelo intento de regresso ao nosso país... Contemplai o ar enleado, os modos coatos com que andam entre nós os nossos compatriotas que voltaram do estrangeiro, depois de demorada permanência. Uns e outros parecem pessoas que se reaclamam fisicamente e moralmente.

Não convenho com os desabusados que increpam o patriotismo de preconceito, porque então eu teria de afrontar a vergonha de penitenciar-me em público inexoravelmente. Mas é convicção minha que a pátria é o canto do mundo a que nos habituamos pelo trabalho e pela afeição e em que desejamos viver e morrer. Se não, atentai bem: quando proclamamos a República os governos europeus se alarmaram profundamente, em parte pelos receios de que o nosso exemplo fosse imitado pelos seus governados, em parte por sentirem que com a dinastia que expulsamos ia-se a derradeira garantia da sua influência política na América. Em consequência, organizaram contra nós uma campanha de descrédito em que tiveram como colaboradores incansáveis os exploradores da bolsa e alguns bons espíritos invejosos de verem o nosso povo, por eles considerado semi-selvagem, efetuar fundamentalmente uma grande transformação social pelo sistema pacífico de revolução que os seus publicistas notáveis não têm cessado de preconizar e difundir baldadamente nas nações de que são oriundos, porque nenhuma delas conseguiu ainda pô-lo em prática nem mesmo para obter as mais elementares liberdades. Mas quem, senhores, forneceu maior porção de combustível a esse incêndio de ultrajes, calúnias e difamação que tisonou os créditos de nossa pátria? — Foram brasileiros, compatriotas nossos!!... uns atizados pela mais perversa paixão política e a maioria por haver perdido no estrangeiro as nossas virtudes indígenas, deslembrados todos de que, outrora, nos tempos do Império, quando os republicanos vivíamos premidos, nenhum de nós se exagerou ao ponto de levar além da comunhão nacional as nossas justas queixas partidárias, sim porque tínhamos para nós que não está na hombridade política e no pudor patriótico de um povo delatar ao estrangeiro as suas querelas íntimas, lareiras. Eles não pensaram assim por preferirem, os que estavam na capital de Portugal, seguir o exemplo monstruoso dos maus cidadãos que o civismo português castigou em Miguel de Vasconcellos e, os que se achavam na capital da França, imitar a triste glória, execrada pelo patriotismo francês, dos ímpios realistas que profanaram a própria pátria invadindo o território nacional em 1972 no coice das hostes de Brunswick, guiando a frota inglesa em 1794 ao longo das costeiras escarpadas da Bretanha, entrando em Paris na garupa da cavalaria cossaca em 1814 e no ano seguinte penetrando a mesma cidade na bagagem dos exércitos da Prússia. A contrastar com esses desnaturados brasileiros na conduta negregada, alguns portugueses, que deviam ao Brasil posição e fortuna, acudiram coletivamente num documento comovente, em que ficou patenteada a solidariedade que conosco os unifica, contra as infâmias que nos assacava a imprensa do velho reino, onde então os surpreendera a nossa gloriosa revolução incruenta; e dentre eles, a competir em dedicação pela nossa pátria com mais não poucos da sua, da nossa e de outras nacionalidades, que nessa ocasião viajavam a Europa, assim como com os órgãos republicanos do seu país natal, da França, da Es-

panha e da Itália, um houve que empenhou haveres para sustentar os nossos créditos financeiros nas praças de Londres e Lisboa e que nesta última capital auxiliou esforçadamente um dos nossos diplomatas, que nela se achava de passagem, no sentido de decidir o governo da antiga metrópole a reconhecer oficialmente a nossa República: — esse benemérito chama-se José João Martins de Pinho, Barão do Alto-Mearim e é reconhecido que, do alto desta tribuna, entrego o seu nome à memória da pátria brasileira (muito bem, muito bem).

No julgamento dos sentimentos alheios costume de entrar com o critério dos meus próprios sentimentos. Sabei-o: residi seis anos consecutivos na capital da França, por certo onde não me favoreceu o destino porque, através das asperezas estimuladoras da concorrência que afrontei no campo do trabalho para viver parcimoniosamente, sofri os lancinamentos do cancro da calúnia com que alguns compatriotas nossos pretenderam corroer a minha reputação de homem de bem e sem encontrar alívio às minhas dores na proverbial galanteria e no cavalheirismo apurado dos meus hospedeiros ilustres. Quando fui para aquela nobilíssima nação, que já era também minha pátria espiritual, eu, que não preciso de pedir meças ao maior patriota deste Congresso para o ser tão grande como ele, eu, dominado como fiquei pela influência das forças assimiladoras que ela exerce sobre o estrangeiro que no seu seio encontrou agasalho, senti que mais alguns anos e não me naturalizaria francês... puramente e simplesmente por constrangimento de formular um pedido oficial que se me afigura a renegação da pátria nativa. É talvez um preconceito... mas um preconceito que, pelo seu móvel, tem direito a ser respeitado. Para isso encontra-se a solução no processo tácito, muito embora digam que ele redundava numa violência ao estrangeiro que quer conservar a sua nacionalidade de nascimento. Em todo o caso, entre a violência ao hóspede que não quer e o constrangimento ao que quer, não há titubear: — poupe-se a este o constrangimento porque ele é nosso amigo e prodigue-se a violência àquele, porque ela lhe dá ocasião de iterar solenemente um sentimento que muitos reputam o mais elevado da alma humana — o marco da pátria nativa.

Bem sei que os governos europeus reclamaram, por via diplomática, contra o decreto de novembro de 1889, em que a ditadura concretizou a idéia da naturalização por esse processo. Permitti-me, porém, lembrar que, antes do ato que lhes serve, hoje, de pretexto a protestos, já eles embarçavam a emigração para o nosso país, quando ela, aliás, lhes é de conveniência patente, visto como descarrega-os da pesada massa proletária que os acabrunha com as suas reivindicações justíssimas, facilita aplicação lucrativa à atividade vadia de grande número de operários necessitados, alarga o círculo de relações entre o comércio das nações que eles administram e a nossa. Eu ilato daí que não é o interesse pelo bem-estar dos seus governados que os emperrou em semelhante oposição, mas sim a contingência que lhes impõe de povoarem a enorme caserna em que se transformou a Europa inteira depois da tragédia de Sedan. Além do que, sobre nada terem com o regime que preferimos para regular a nossa vida interior, os governos do velho mundo, educados como foram longamente na doutrina suspeitosa do *hostis*, não compreendem o confiante princípio político de confraternização que tem sido praticado em favor do estrangeiro pelo novo continente.

Convenho, entretanto, que neste assunto há delicadezas de sentimentos e suscetibilidades de consciência a não melindrar. Para verificardes o seu alcance,

admiti a hipótese de um conflito armado entre a pátria adotiva e a pátria nativa. Qual deverá ser a atitude do naturalizado?... A da mais absoluta neutralidade. Em consequência, cumpre-nos garantir-lha por lei, tornando facultativo para ele o serviço militar, no caso em que a obrigatoriedade deste serviço seja preceituada, como o espero, no nosso código fundamental. Se ao direito maior do cidadão deve corresponder o mais elevado de todos os deveres, o alvitre que acabo de insinuar está implicitamente traçado no complemento 1.º do § 3.º do art. 41 que já aprovamos. E, com efeito, consoante o texto do citado complemento, nós fizemos da aspiração à chefia suprema do Estado um direito privativo, exclusivo do nacional por nascimento, imitando destarte todas as democracias existentes, exceção da Colômbia, que é a única a facultar ao nacional por adoção acesso legal à presidência da República. Porque, pois, não se há de reservar peculiarmente ao brasileiro nato o tributo do sangue, que é o maior dever que tem o cidadão a cumprir para com a pátria?...

Confesso-me satisfeito com, qualquer que seja, a conta em que tome o Congresso as considerações, talvez extemporâneas, que acabo de arriscar. O que sobre este assunto deve constituir a sua preocupação é a emenda que impugno, porque ela prejudica os múltiplos interesses do nosso país e vai concorrer para a nossa já adiantada decadência física. Não!... nós não havemos de apoucar a nossa obra constitucional com a aprovação dessa emenda atentatória do ideal americano: — os republicanos de todos os tempos, como homenagem ao publicista nacional que mais combateu pelo vīgamento da assimilação completa do estrangeiro ao nosso organismo social, ao chefe impertérrito que na peregrinação do nosso pensamento político só nos conduziu pela estrada da honra, ao velho venerando que tem um altar no coração da pátria, onde viverá imortal — a Saldanha Marinho!... (muito bem, muito bem e numerosos e prolongados apoiados) e todos os meus concidadões, que entraram nesta assembléia e vejo cordialmente associados e esta significação de respeito ao grande homem, como afirmação de fidelidade aos diplomas de deputado e senador que receberam do eleitorado brasileiro incorporado pelo estrangeiro que, aceitando efusivamente e de boa fé o decreto da naturalização tácita, provou pelo nosso país o mais acendrado amor (muito bem, muito bem e apoiados gerais). Repilamos, pois, com unânime gesto essa emenda...

O Sr. Gil Goulart: Que veio retirar honras e considerações já concedidas.

O Sr. Lopes Trovão: Já que o meu distinto colega e contêrraneo ilustre se refere a condecorações.

O Sr. Gil Goulart: Condecorações, não; considerações...

O Sr. Lopes Trovão: Então...

Vozes numerosas: Vai muito bem... Fale, fale... Queremos ouvi-lo sobre essa matéria...

O Sr. Lopes Trovão: A matéria, conquanto seja tentadora, eu não me comprometo a esflorá-la porque ela compete sobretudo aos que praticam o humorismo. Todavia, corre-me declarar que votei pressurosamente pela abolição das condecorações e dos títulos nobiliários. Inimigo natural, intransigente, irreconciliável, que o sou por temperamento, por educação, por opinião política de todas as distinções sociais, que violam os princípios de igualdade, guiou-me também o voto a circunstância de que, no nosso país como nos mais em que as barteiam, tais distinções, se por vezes são realçadas por cidadãos do mais alto

mérito intrínseco, ordinariamente vão deslustrar-se em indivíduos que têm por virtude única o dinheiro acumulado sem escrúpulo ou a bajulação prestada sem pudor. Eu sei quanto, como fator humano, há a desentranhar ainda da vaidade, que de todas as fraquezas morais é precisamente aquela que mais ridiculamente afemina o homem. Foi explorando-a que a extinta monarquia brasileira conquistou as maiores dedicações, que, se no interior não a socorreram na hora do perigo, no exterior tem-lhe valido os opróbrios com que nos mimoseiam, para a consolar no banimento, aqueles a quem ela já havia liberalizado e os que da sua munificência ainda esperavam condecorações e títulos. Certo que a nossa República não deve e nem pode cometer a indignidade de transigir com esses que por tal preço não se pejam de vender a adesão. Se, para merecer as cortesances que a sociedade não nega aos parvos de que moteja à socapa, eles têm necessidade de ouropéis, então... voltem-se em mesuraslouvaminheiras para os governos monárquicos, que muitos ainda infelizmente são e estes lhes gratificarão a baixaza com distinções em que lhes será fácil dissimularem o plebeísmo do apelido de família ou esconderem o próprio nome desconhecido nas estrambotices da existência contemptível a que imolaram o decoro.

Não está na moral republicana temporizar com a vaidade individual. Pelo contrário, é da natureza do regime democrático cultivar a modéstia como virtude cardeal. Assim, o cidadão que consagra à pátria o melhor do seu esforço cumpre um dever que, se é profícuo, dá-lhe, na vida, a consideração dos seus contemporâneos e, depois da morte, as menções agradecidas da posteridade. Ao estrangeiro que, por atos morais ou materiais incontestáveis, provou sincera dedicação pelo nosso país, nunca o tendo habitado ou nele havendo residido não pôde por motivos especiais fundir-se na família nacional, sim!... eu compreendo, firmado como já está no fato o princípio da grande naturalização, que se lhe conceda o título de cidadão brasileiro com todos os direitos garantidos ao naturalizado e que, como significação notória, se crie para ele um distintivo decorativo porque, neste caso, a distinção ao invés de estabelecer as desigualdades sociais resultantes das condecorações e títulos que extinguímos, patenteia o modo como praticamos a igualdade em relação aos que nos amam, qualquer que seja a sua nacionalidade e a solidariedade que com eles mantemos estreitamente através das distâncias. Os proventos que daí adviram para os créditos de nossa pátria preponderam na consciência de todos os que viajamos pelo exterior: é ocioso explaná-los neste momento em que a condição de que eles dependem não pode mais ser discutida por esta Constituinte. Adstrinjo-me, pois, a confiá-la à madureza de reflexão dos meus compatriotas, certo de que a acolherão simpaticamente, depois de dominada a má impressão com que, ao primeiro assomo, ela choca os preconceitos do espírito democrático. Desde já, porém, seja-me dado desfazer a confusão que os mais exigentes talvez estabeleçam entre os títulos e condecorações de outrora e o distintivo decorativo que sugiro: — este será o efeito simbólico de direitos comuns a todos os que entram na comunhão brasileira, aqueles eram a causa ostensiva de privilégios defesos à maioria absoluta dos nossos concidadãos; um estimulará o orgulho do estrangeiro que o trouxer, ao passo que os outros não passavam de lisonjear-lhe a vaidade. Convençam-me que dele resultará um incentivo a esse sentimento e eu não me demorarei em retratar-me.

Perante a patologia psicológica a vaidade é a moléstia do orgulho; e, nas organizações democráticas notadamente, devemos empregar contra as doenças das

faculdades afetivas todos os meios de belatários, por serem elas a origem de grandes males sociais. Parece-me que a mesma opinião exprimistes positivamente quando votastes a supressão das distinções honoríficas. Pena foi, entretanto, que não levásseis o vosso logismo a aprovar a emenda que propus e foi aceita na comissão dos 21, substituindo a denominação de ministros pela de secretários para os auxiliares imediatos do chefe do poder executivo, tanto mais quanto era o único recurso que tínhamos para, à imitação da Constituição norte-americana, diferenciar lexicologicamente o antigo ministro da monarquia com o seu cortejo de formalidades, a sua lata responsabilidade política, as suas prerrogativas dominadoras do atual secretário da República, parco de cerimonial, sem maior imputabilidade legal, apertado nas suas limitadas atribuições de estadista. Eu pretendia por esta forma apoucar ostensivamente esse cargo a que a vaidade aspira e que quando o apolga é para o abandonar com custo por causa do seu aparato cenográfico, espetaculoso. Fui malsucedido: mas consola-me na derrota o muito que pelo vingamento da modéstia fez o Congresso com a abolição das distinções honoríficas.

Exorbitando neste assunto da discricção que pretendia guardar, permitam-me os meus colegas inquirir das suas intenções a respeito dos que foram pelo Império agraciados. Eu os considero, apesar do meu radicalismo, na posse de um direito adquirido (apoiados e não-apoiados) contra o qual não podemos atentar (apoiados e não-apoiados), sob pena de cometermos a mais palmar incoerência (apoiados e não-apoiados). E, com efeito, senhores, quando se organizaram em governo, os homens do 15 de novembro assumiram a obrigação de manter os compromissos, de ordem pública e privada, contraídos pelo poder passado, desde que eles não ferissem na essência o regime atual. Em consequência, até esmolas foram garantidas aos que vieram acusar a vergonha de as receber das mãos do soberano deposto. Ora, se com sacrifício dos cofres públicos, fizemos assim do parasitismo um direito, por que razão não havemos de respeitar o direito que o uso dos títulos e condecorações conferiu implicitamente aos agraciados de os trazerem? Sem dúvida que tais distinções prejudicam a igualdade perante a lei, que é a base do sistema republicano. Mas, para obviar semelhante contradição, sobeja-nos um recurso e vem a ser tirar aos títulos e condecorações o foro que lhes é inerente, os privilégios de que eles investem os seus portadores. A França, depois de haver tentado baldadamente, por duas vezes, extinguir de chofre e de todo a sua nobreza, socorreu-se com proveito desse meio para tirar-lhe as regalias e reduzi-la, portanto, ao aniilamento em que ela se sumiu *de jure*. E nem se me objete, no tocante a condecorações, com a legião de honra: conquanto não dê foros de fidalguia e pelos seus fins seja uma ordem de caráter beneficente para os franceses que a ela pertencem, eu a repilo por considerá-lo incompatível com o espírito democrático. Todavia, manda a justiça alegar em seu favor que ela estabelece no mérito a igualdade das condições sociais porque a vemos, ao mesmo tempo, no peito do humilde proletário que arrostou a morte nos campos de batalha e do funcionário eminente que, nos dias de paz, mais perseverou no trabalho por amor da pátria comum. Persisto, pois, em supor que, para sermos lógicos com a condescendência que nos impõe o modo como operamos a transformação institucional do nosso país e que o governo provisório afirmou em todos os seus atos oficiais, a solução mais eficaz a esta questão é evidentemente a menos radical. Assim, das condecorações e tí-

tulos eliminemos os privilégios e deixemos aos seus portadores a faculdade de usar dos sinais decorativos.

Vozes: Isso têm...

O Sr. Bevilacqua: Eles podem continuar a ser comendadores à vontade...

O Sr. Lopes Trovão: Registro a declaração para que se saiba lá fora como pensamos sobre este assunto.

Outras vozes: Fale-nos agora sobre a tabela de continências...

O Sr. Lopes Trovão: Ocupando-me de distinções não podia naturalmente deixar de referir-me a essa nova cinca governamental que tão profundamente escandalizou a opinião pública. Havíamos atravessado apenas o período do carnaval quando apareceu o ato do poder executivo em que vem apostilada essa bizarra tabela continencial... A circunstância, porém, de trazer semelhante ato data anterior à daquela festa popular, levou-me a confabular comigo mesmo que ele não passava do programa de uma estrondosa folia, com que corte do governo provisório cogitara recrear a goliardice fluminense, em concorrência aberta com as muitas associações que, entre nós, puseram-se no vezo de sacrificar ao deus Momo (hilaridade)... Por motivos domésticos conhecidos e que sou o primeiro a deplorar com o mais respeitoso recolhimento (muito bem, muito bem), a folia ficou gorada, mas o seu organizador, para não deixar os vindouros na ignorância dos talentos especiais que para o caso possuí, mandou dar à estampa o famoso programa (hilaridade).

O Sr. G. Bezouro: Dá licença para um aparte?

O Sr. Lopes Trovão: Com muito gosto...

O Sr. G. Bezouro: O que v. ex. discute não é lei, e, quando o fosse, não está ainda sancionada.

O Sr. Fonseca Hermes: Nem é ato oficial.

Um sr. representante: Mas viu publicidade na imprensa.

O Sr. Fonseca Hermes: Não no *Diário oficial*, que é a folha por onde nos devemos guiar.

Uma voz: Ainda bem que adiantamos mais isto!

O Sr. Luiz Delfino: Foi um balão-de-ensaio (hilaridade).

O Sr. Lopes Trovão: Conquanto disse lume de publicidade na nossa imprensa, conforme testemunhou um dos meus interruptores, não é lei nem mesmo ato oficial de somenos importância, por isso que não veio inserto no diário do governo, asseguram dois dos nossos colegas mais autorizados pela qualidade de militar que um é e o caráter que tem o outro de secretário particular do presidente da República. Ainda bem, desabafa um terceiro, que adiantamos mais isto! e eu consigno a interjetiva para significar à opinião pública que, se se trata efetivamente de um balão-de-ensaio, como aventurou o insigne senador de Santa Catarina, o Congresso não está disposto a consentir que ele se remonte à esfera da legalidade. E com sobeja razão, senhores, porque, decretada pelo governo ditatorial e por nós confirmada, a separação da Igreja do Estado nivelou perante a consciência oficial da nação os símbolos de todas as religiões, os dogmas de todas as teologias, os ministros de todas as teocracias. Os detentores do poder atual romperiam igualmente com a neutralidade laical celebrando uma data nacional num templo evangélico ou, em caso de calamidade pública, assalariando com preces e ladainhas. Grave ofensa, portanto, cometeria o governo

contra as independências da fé se obrigasse a prosternarem-se diante da manifestação atual de qualquer religião os soldados da República que, de pé e bem ereto o busto, devem ter-se firme para marchar, à primeira voz do clarim, em defesa da pátria, radiosa a frente pelos clarões imortais do sol da liberdade (aplausos).

Constituído na sua maioria absoluta dos que se supõem católicos, o meu país não veja nas minhas palavras uma ponta de hostilidade à sua crença religiosa. Respeito-a tanto quanto as suas concorrentes à posse da consciência humana, já que todas foram instrumentos fecundos de progresso e ainda não deixaram totalmente de regular as mais meritórias ações individuais. Livre-pensador que sou, porque não preciso de Deus para ser justo e bom e verdadeiro, nem pretendo comprar lugar no céu com a moeda cunhada das minhas virtudes pessoais, eu me proporia a arrancá-la à convicção do meu próximo só se aí me fora possível incutir inabalavelmente as conclusões da ciência formuladas em artigos de fé. Já o disse algures e não cessarei de repetir que as religiões são escadas de Jacó que o homem construiu para se comunicar espiritualmente com o princípio criador da natureza e que, com o correr dos tempos, aqueles que se proclamaram seus servidores privativos fizeram monopólio como meio de vida e para guiar as sociedades no sentido dos seus interesses temporais. Os resultados vantajosos que tal usurpação podia dar estão exauridos: hoje, em relação principalmente ao catolicismo, que desde o século XIV vem arrastando através da história a sua dolorosa agonia, ela é uma causa da perturbação que abala a vida civil dos povos. Por isso eu desejara ver os representantes dessa religião na igreja, genuflexos sob a nave, em oração ante os altares, pregando do púlpito a palavra da concórdia no intuito humanitário de confraternizarem as almas no mesmo arroubo de amor pelo Deus em que alardeiam crer. É aí e só aí, no recinto sagrado que a sua missão deve cumprir-se para não se desvirtuar e ser fecunda e benéfica.